



Audemus jura nostra defendere



Anna Gilda Dianin
Advogada especialista
em Direito Educacional
e Direito Sindical.
Presidente do Sinepe/
Sudeste/MG

"Nós nos atrevemos a defender os nossos direitos". Este é o lema do estado do Alabama, dos Estados Unidos da América. Conhecido, dentre outros valores, por lutas pelo reconhecimento dos direitos civis aos negros, teve na liderança de Martin Luther King um de seus maiores ícones. O lema deriva da adaptação de um poema do liberal inglês Sir William Jones, no qual se lê que os homens que conhecem seus deveres, conhecem seus direitos, e, conhecendo-os se atrevem a mantê-los, e evitam os golpes que lhes são dirigidos.

Perceba-se que não se está a falar nem de guerras, e menos ainda de armas letais, mas de um arsenal cujo poder é inestimável: o conhecimento. Conhecer os deveres e os direitos confere a quem detém tal conhecimento a ousadia, a coragem e o atrevimento de os defender.

Os códigos morais ou legais que encerram deveres e direitos se transformarão em letra morta se forem

ignorados pelos cidadãos que vivem sob seu império. Fatalmente cederá espaço ao desmando, à corrupção patrimonial e de valores, ao desrespeito, enfim, à barbárie.

O que aqui se diz não é novidade. Rios de tintas foram consumidos e centenas de milhares de árvores já foram convertidas em papel para que filósofos e sábios dissertassem sobre tal obviedade. Então, por qual razão isso não é assimilado?

Voltemos ao Alabama: nos idos de 1955, em sua capital, Montgomery, os negros estavam obrigados por lei a ceder o seu assento nos ônibus para qualquer branco que o pedisse. Em razão da histórica segregação racial, a regra era aceita com naturalidade. Até que, nesse ano, Rosa Parks – uma costureira de 42 anos –, ousou dizer não. Sua atitude resultou em prisão, por desacato. Sem dúvida, Rosa era uma ativista, mas era, sobretudo, uma combatente da liberdade, direito que se inscreve entre os principais da condição humana. No mesmo dia de sua prisão, cinco dezenas de negros



reuniram-se para decidir como reagir. Fazia parte do grupo o Pastor Martin Luther King, da Geórgia, cuja história na luta pelos direitos civis com revogação das leis segregacionistas é conhecida. Como resposta à prisão, a população negra do Alabama deixou de utilizar os ônibus, num verdadeiro boicote. Este foi um importante capítulo na pressão que se exerceu para a revogação das leis de segregação racial.

O racismo e outras formas simples ou elaboradas de perversidades têm raízes profundas na alma humana, e suas práticas causam danos que atingem o cidadão em sua individualidade e se estendem aos seus grupos de amigos e familiares, alcançando as mais sofisticadas estruturas de organização social. Mas o exemplo de uma pessoa comum, que conhecia seus direitos frente à imposição de um dever humilhante, conferiu-lhe autonomia e ousadia para a defesa, ainda que sob o risco de prisão.

Aterrissando no Brasil de 2015, a reflexão que não mais pode ser adiada é: qual a função da educação e, conseqüentemente das escolas, nessa incansável tarefa do despertar do cidadão para o conhecimento de seus deveres e direitos? Que exemplos estamos transmitindo enquanto lideranças de um setor que “possui em mãos a faca, o queijo e a goiabada”? Conhecemos os nossos deveres? Conhecemos os nossos direitos? E, se os conhecemos, temos a ousadia de os defender? Estamos dispostos a enfrentar temporárias privações de algum bem na luta por um

bem maior, que consiste na própria liberdade de educar? Com altivez, poderemos em algum tempo adotar o lema da bandeira do Alabama? Ou, simbolicamente, continuaremos a ceder espaços aos brancos que os solicitarem nos coletivos do poder?

O contraponto vem de memorável texto de Umberto Eco, publicado no *The New York Times*, em 3 de fevereiro de 2015, com tradução de George El Khouri Andolfato:

“O dramaturgo alemão Bertolt Brecht, em sua peça *A vida de Galileu*, nos disse: ‘infeliz é a terra que precisa de heróis’. Por que infeliz? Porque é um lugar que carece de pessoas normais que fazem o que deveriam fazer, que não se esquivam de suas responsabilidades e que o fazem ‘com profissionalismo’. Na falta desses cidadãos, um país precisa desesperadamente de figuras ‘heroicas’ e da distribuição a torto e a direito de medalhas de ouro.

Uma terra infeliz é, portanto, uma terra onde ninguém mais sabe qual é seu dever, de modo que as pessoas buscam freneticamente um demagogo carismático que lhes diga o que fazer. E essa, se me recordo corretamente, foi a mesma ideia expressada por Hitler em *Mein Kampf*.”

Compete a mim, a você e a todas as lideranças do setor educacional decidir por nos atrevermos a defender os nossos direitos ou desesperadamente nos curvar em busca de um demagogo carismático que nos diga o que fazer. ■

annadianin@uol.com.br